

Governo Federal sanciona leis voltadas ao trabalho e capacitação de educadores

Duas leis que buscam a melhoria da educação básica pública receberam a sanção de Geraldo Alckmin, que nesta semana era o presidente em exercício. As políticas 14.681/2023 e 14.679/2023, ambas de relatoria da senadora Teresa Leitão (PT/PE) têm o objetivo de melhorar o desempenho das trabalhadoras e trabalhadores em sala de aula, promover a saúde e proporcionar a formação continuada.

A lei 14.681/2023, que busca a implementação de soluções para a saúde, bem-estar, valorização e qualidade de vida no trabalho, deverá assegurar, obrigatoriamente, o sistema de educação pública na criação de ações de prevenção a doenças no ambiente educacional.

Para a secretária de Saúde dos Trabalhadores em Educação da CNTE, Francisca Seixas, a nova diretriz será um instrumento importante para colocar a saúde dos profissionais de educação no centro do debate. “As más condições de trabalho, o salário baixo e a falta de estrutura básica das escolas frustram a maioria dos profissionais da educação, e isso, por si só, já provoca adoecimentos”, critica.

Segundo Francisca, a lei poderá garantir proteção aos trabalhadores para que sejam respeitados e possam desenvolver o seu trabalho sem pressões externas vindas da comunidade escolar.



Capacitação

Voltada para a formação continuada, a legislação 14679/23 altera a lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Lei Orgânica da Saúde, incluindo a proteção dos direitos de crianças e adolescentes na base da formação de profissionais educadores. A capacitação instruirá os profissionais da educação básica a saber identificar sinais de maus-tratos, negligência e abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes.

Entretanto, a secretária de Assuntos Educacionais da CNTE, Guelda Andrade, ressalta que o dever dos educadores não será de diagnóstico, mas, sim, ter a sensibilidade para identificar que algo diferente está acontecendo com a criança e precisa ser investigado. “O profissional, percebendo esses sinais, poderá dia-

logar com a família de uma forma mais sensível, e fazer uma orientação para a busca dos serviços de saúde pública”, explica.

Segundo Teresa, apesar de distintas, as leis avançam sobre um objetivo comum, para garantir melhorias na educação, beneficiando trabalhadores da educação e estudantes. “A sanção pela Presidência da República demonstra o compromisso do nosso governo com esses dois grupos para valorizá-los e protegê-los”, comentou a senadora.

Com a sanção, União, estados e o Distrito Federal terão o prazo de um ano para construir os planos colaborativos, estimulando práticas de promoção ao bem-estar no trabalho, de forma sustentável, humanizada e duradoura.

Fonte: CUT



IFMA abre 710 vagas em cursos técnicos para jovens e adultos

O Instituto Federal do Maranhão (IFMA) lançou edital de seleção para cursos técnicos de nível médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Estão sendo ofertadas 710 vagas para pessoas com 18 anos de idade ou mais que desejam concluir o Ensino Médio e ao mesmo tempo obter uma formação técnica. As inscrições são gratuitas e poderão ser feitas pela internet, de 27 de setembro a 6 de novembro.

Há cursos disponíveis em 14 campi: Bacabal, Barra do Corda, Barreirinhas, Buriticupu, Caxias, Codó, Imperatriz, Santa Inês, São João dos Patos, São José de Ribamar, São Luís – Centro Histórico, São Luís – Maracanã, São Raimundo das Mangabeiras e Zé Doca.

Não haverá prova, e os candidatos serão selecionados por meio da análise de Questionário Socioeconômico, que será preenchido no ato da inscrição on-line. O resultado do seletivo deverá ser divulgado no dia 20 de dezembro de 2023, com período de matrículas dos convocados em primeira chamada de 2 a 12 de janeiro de 2024.

Há vagas para os cursos técnicos em Administração, Agroindústria, Agropecuária, Comércio, Gastronomia, Manutenção e suporte em informática, Redes de computadores, Hospedagem, Panificação, Rede de computadores, Secretaria escolar, Vendas e Vestuário. O quadro completo com turnos, cidades e unidades que ofertam esses cursos está disponível no site do seletivo.

Cotas

O edital estabelece que



50% (cinquenta por cento) das vagas em cada curso são reservadas aos candidatos egressos de escola pública, conforme disposto na Lei nº 12.711/2012. Desse percentual destinado a candidatos egressos de escola pública, a metade (25% do total de vagas) se reserva aos candidatos com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio per capita, e a outra metade (25% do total de vagas) é reservada a candidatos oriundos de famílias que recebem acima dessa faixa de renda per capita. Em cada metade, são garantidos os percentuais de 76,74% das vagas a autodeclarados pretos, pardos e indígenas, e de 9,1% a pessoas com deficiência.

Ao efetuar a inscrição, os candidatos que desejarem concorrer às vagas reservadas a pretos e pardos devem confirmar a auto-declaração étnico-racial e incluir uma foto de acordo com as especificações contidas no Edital. Essa foto será utilizada apenas no procedimento da heteroidentificação, que consiste na validação da condição autodeclarada (pretos e pardos) no ato da inscrição.

Canais de Comunicação

Dúvidas e informações complementares sobre o Seletivo 2024 podem ser encaminhadas ao e-mail acessodiscen-te@ifma.edu.br.

Fonte: IFMA

Confederação solicita reunião no MGI

Na semana passada a Condsef/Fenadsef enviou um ofício ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), no qual, solicitava uma reunião urgente com a pasta.

A pauta proposta para a reunião tem como ponto de discussão a reforma do Estado, concursos públicos e diretrizes para planos de carreira.

O governo já vem promovendo debates sobre esses temas e, inclusive, divulgando mudanças como é o caso de regras para concursos nos moldes de que é hoje o Enem.

A Condsef/Fenadsef espera que esses temas sejam debatidos com representantes dos servidores e possam fazer parte do processo de negociação permanente, espaços que devem tratar desses assuntos.

No ofício, a Condsef/Fenadsef cita o discurso recente do presidente Lula na ONU destacando o combate à desigualdade social como um dos desafios mais importantes a serem enfrentados não só no Brasil, como no mundo. A Confederação lembra que somente um Estado forte que valorize os serviços públicos e seus servidores é capaz de combater desigualdades.

O ofício enviado pela entidade pode ser consultado na página da Condsef/Fenadsef - www.condsef.org.br.

Com informações repassadas pela Condsef/Fenadsef.